

Plano de Transformação Digital do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo

2023-2026

**Vitória
2023**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Desembargador Fabio Clem de Oliveira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Desembargador Dair José Bregunce de Oliveira
Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Desembargador Pedro Valls Feu Rosa
Presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC)

Desembargador Carlos Simões Fonseca
Corregedor-geral da Justiça

Marcelo Tavares de Albuquerque – Secretário Geral
Supervisão

Carlos Vinícius de Arimatéa – Secretário de Tecnologia de Informação
Coordenação

Luiz Cláudio Schultz Borges – Coordenador de Desenvolvimento
Eduardo Oliveira Faria – Coordenador de Suporte e Manutenção
David Sudre de Andrade - Coordenador de Monitoramento e Avaliação
Márcio Flávio Barbosa de Souza – Coordenador de Monitoramento e Avaliação
Colaboração e Desenvolvimento

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC)
Aprovação

TRIBUNAL PLENO

DES. PEDRO VALLS FEU ROSA
DES. ANNIBAL DE REZENDE LIMA
DES. FABIO CLEM DE OLIVEIRA
DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
DES. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
DES. CARLOS SIMÕES FONSECA
DES. NAMYR CARLOS DE SOUZA FILHO
DES. DAIR JOSÉ BREGUNCE DE OLIVEIRA
DES. TELÊMACO ANTUNES DE ABREU FILHO
DES. WILLIAN SILVA
DES^a. ELIANA JUNQUEIRA MUNHOS FERREIRA
DES^a. JANETE VARGAS SIMÕES
DES. ROBSON LUIZ ALBANEZ
DES. WALACE PANDOLPHO KIFFER
DES. JORGE DO NASCIMENTO VIANA
DES. FERNANDO ESTEVAM BRAVIN RUY
DES. EWERTON SCHWAB PINTO JÚNIOR
DES. FERNANDO ZARDINI ANTONIO
DES. ARTHUR JOSÉ NEIVA DE ALMEIDA
DES. JORGE HENRIQUE VALLE DOS SANTOS
DES. JÚLIO CESAR COSTA DE OLIVEIRA
DES^a. RACHEL DURÃO CORREIA LIMA
DES. HELIMAR PINTO
DES. EDER PONTES DA SILVA
DES. RAPHAEL AMERICANO CÂMARA
DES^a. MARIANNE JUDICE DE MATTOS
DES. SÉRGIO RICARDO DE SOUZA
DES. RAIMUNDO SIQUEIRA RIBEIRO
DES. UBIRATAN ALMEIDA AZEVEDO
DES^a. DÉBORA MARIA AMBOS CORRÊA DA SILVA

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	5
2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO.....	6
3 EIXOS DE TRANSFORMAÇÃO.....	7
3.1 Transformação Digital de Serviços.....	7
3.2 Integração de Canais Digitais.....	8
3.3 Interoperabilidade de Sistemas.....	9
3.4 Estratégia de Monitoramento.....	9
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10

1 APRESENTAÇÃO

A realidade atual pós-pandemia, marcada por profundas e rápidas transformações a partir da inserção de novas tecnologias, tem impactado diretamente a administração pública exigindo uma atuação cada vez mais responsiva e eficiente. No caso do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, tal realidade se agrava devido às fortes limitações de recursos humanos, à defasagem por anos do parque tecnológico e ao atraso na implantação do processo judicial eletrônico.

Isso posto, justifica-se a imperiosa e urgente necessidade de elaboração do presente Plano de Transformação Digital do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - PTD-TJES 2021-2026 que não se limita a planejar o processo de adoção de tecnologias inovadoras, mas também em como isso levará a mudanças operacionais e culturais na prestação jurisdicional.

O Plano que ora se apresenta tem como objetivos centrais: a) alavancar a eficiência operacional da instituição; b) acelerar a tramitação processual; c) aperfeiçoar o atendimento à população, por meio de automações e da adoção de novas tecnologias que permitam a otimização de procedimentos; d) redução da necessidade de intervenções humanas em rotinas de menor complexidade; e, e) ampliação da carta de serviços digitais oferecidos aos usuários.

A transformação digital foca na simplificação dos processos de trabalho, assegura a execução das tarefas de forma eficiente e efetiva, possibilitando a obtenção de economia de escala e alcançando a máxima utilização dos fatores produtivos nelas envolvidos.

Cabe destacar que o processo de transformação digital é complexo e vai além da incorporação da tecnologia propriamente dita, interferindo em todas as áreas da instituição e impactando fortemente na cultura organizacional. Não se trata apenas de absorver tecnologias inovadoras, racionalizar procedimentos de trabalho, automatizar processos, e modernizar equipamentos. É necessário preparar os colaboradores para assimilarem um novo modelo de organização, orientado à eficiência e ao atendimento das necessidades dos usuários da Justiça, em que a comunicação interna é mais fluida e a aprendizagem é contínua, destacando agilidade, produtividade e assertividade como competências primordiais.

A revisão deste documento terá periodicidade anual. No entanto, caso necessário, poderá ser realizada em período inferior ao inicialmente previsto, quando fatores externos e/ou internos assim o requeiram, como atualizações no Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 do PJES e/ou novas legislações relacionadas à TIC na Administração Pública.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano de Transformação Digital (PTD) tem como objetivo promover a transformação digital esperada com a efetivação da Resolução nº 370, de 08 de janeiro de 2021 que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

Deve ser ressaltado que a Transformação Digital não se limita às atribuições e competências da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI, sendo necessário o engajamento de todas as áreas do TJES que também serão responsáveis pela transformação por meio da execução do plano.

Cabe destacar que a Secretaria de Tecnologia da Informação instituiu grupo de trabalho interno, com o objetivo de construir a minuta e monitorar a execução do Plano de Transformação Digital do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PTD-PJES), em alinhamento à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

A estratégia do TJES aprovada por meio da Resolução 12/2021, em total alinhamento com a Resolução CNJ nº 325/2020 que estabeleceu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, previu como um dos macrodesafios o fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados e como um de seus objetivos a intensificação da transformação digital do Tribunal.

Nessa esteira, insta registrar ainda que o TJES instituiu, por meio da Resolução nº 06/2023 o Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - PROMOJUES, a ser coordenado pela Unidade de Coordenação de Programas - UCP e cujo objetivo é ampliar e aperfeiçoar o acesso à justiça por meio de um conjunto articulado de ações de melhoria da eficiência da gestão administrativa e da prestação jurisdicional por meios tecnológicos, corroborando assim com a relevância

do tema para consecução da sua visão institucional e para entrega de valor público à sociedade.

3 EIXOS DE TRANSFORMAÇÃO

Para a consecução dos objetivos estabelecidos na ENTIC-JUD, o Plano de Transformação Digital do TJES 2021-2026, conforme o artigo 15, §1º da Resolução CNJ 370/2021, contempla ações de:

- 1- transformação digital de serviços;
- 2 - integração de canais digitais;
- 3 - interoperabilidade de sistemas; e
- 4 - estratégia de monitoramento.

O levantamento inicial para a proposição dessas ações foi feito pela STI em conjunto com a UCP (Unidade de Coordenação de Programas) por meio de um levantamento prévio realizado nas áreas de negócio do PJES, dentro do PROMOJUES, buscando:

- fornecer novos serviços que ainda não são disponibilizados em formato digital;
- aprimorar e unificar os serviços digitais já disponibilizados;
- avaliar os processos de trabalho para automatizá-los quando possível;
- otimizar as infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação.

As iniciativas estão alinhadas com o normativo proposto pelo CNJ, bem como o conjunto de componentes e produtos estabelecidos pelo PROMOJUES, que contribuirão para uma justiça mais célere e próxima do cidadão.

3.1 Transformação Digital de Serviços

Nº	Ações	Unidade Responsável	Situação	Prazo
1	Modernização da Secretaria de Tecnologia da Informação através da reestruturação organizacional e funcional	Presidência	Em andamento	Dez/2026

2	Serviço de Nuvem (On-ramp de diversos sistemas administrativos e judiciais)	STI	Em andamento	Jul/2025
3	Digitalização de Processos	Presidência/Coordenadoria de Gestão Documental	Em andamento	Jul/2025
4	Expansão do Processo Judicial Eletrônico Cível (PJe)	STI	Concluído	
5	Expansão do Processo Judicial Eletrônico Criminal (PJe)	STI	Em andamento	Dez/2023
6	Outsourcing de Impressão	STI	Concluído	Jun/2023
7	Integração do PJe com o sistema "e-carta" (Correios)	STI		
8	Implantação de Governança de Dados, incluindo a aquisição e implantação de plataforma e de ferramentas de Business Intelligence (BI) para implementação dos projetos de transformação e utilização de dados.	STI	Planejada	Dez/2025
9	Juízo 100% Digital - Resolução CNJ 345/2020	Presidência	Planejada	
10	Núcleos de Justiça 4.0	Presidência	Concluído	Jun/2023
11	Migração para VOIP	STI	Planejada	Dez/2024

3.2 Integração de Canais Digitais

Nº	Ações	Unidade Responsável	Situação	Prazo
1	Balcão Virtual	STI	Em andamento	Set/2023
2	Chatbot para atendimento automatizado do usuário para abertura de chamados	STI	Concluído	Jan/2022
3	Sistema de chatbot multicanal para o cidadão (WhatsApp, site e afins) – Justiça 24 horas, incluindo atendimento, ouvidoria, notificação, citação e intimação.	STI	Planejada	Dez/2025

3.3 Interoperabilidade de Sistemas

Nº	Ações	Unidade Responsável	Situação	Prazo
1	Integração do PJe com os sistemas da Secretaria de Segurança Pública	Secretaria de Segurança Pública	Em andamento	Dez/24
2	Integração dos processos administrativos e da cadeia de valor da Instituição por meio de solução de Planejamento de Recursos Empresariais (ERP) ou da integração de sistemas administrativos.	Secretaria Geral	Planejada	Dez/2026
3	Integração entre Central de Mandados e PJe.	STI	Concluído	Confirmar

3.4 Estratégia de Monitoramento

A avaliação e o monitoramento do PTD-TJES 2021-2026 serão realizados anualmente com base em relatórios produzidos e sistematizados pela STI sobre o andamento das ações descritas neste documento, que serão prestadas por meio eletrônico e complementadas nas reuniões de acompanhamento do CGTI e CGTIC, que comunicarão os resultados à Alta Administração para a tomada de decisões quanto à disponibilização dos serviços e aprimoramentos necessários ao pleno atingimento deste Plano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PTD-TJES 2021-2026 constitui um exercício de planejamento inicial elaborado pelas unidades do TJES e contém ações de curto e médio prazo para adoção de tecnologias inovadoras no cotidiano do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. A cada ano, serão pactuados novos ciclos de ações com a identificação de novos projetos e demandas, intervalo esse que coincidirá com o ciclo de revisão do Plano Diretor de TIC - PDTIC e do Plano Anual de Contratações – PAC do Tribunal.

Insta salientar que a previsão para o próximo triênio foi conservadora, devido à escassa mão de obra disponível em decorrência da grande evasão dos servidores da área de TIC que vem ocorrendo nos últimos anos. Atualmente, a STI conta com 35 servidores efetivos, sendo que o CNJ estabelece, na Resolução 370/2021, para o perfil do TJES, o mínimo de 151 servidores para o quadro permanente. Desta forma, a STI possui um percentual de aderência de apenas 23,17% do mínimo recomendado legalmente.

Com isso, a STI precisa optar com parcimônia quanto aos recursos humanos alocados em cada projeto, dilatando, portanto, os prazos necessários para sua conclusão. Para solucionar este problema, está em andamento a modernização e reestruturação da Secretaria de Tecnologia da Informação, que prevê a reorganização administrativa e funcional dos servidores da área de tecnologia, criando 78 novas vagas que irão reforçar todas as equipes existentes atualmente, havendo a previsão de que as nomeações ocorram até o final de 2026.

Espera-se com isso que, ao final do período planejado e em alinhamento com todas as demais estratégias e com o PROMOJUES, o TJES esteja em outro patamar em termos de implantação de tecnologias e práticas organizacionais, deixando a incômoda posição de penúltimo lugar no ranking do prêmio Excelência 2022 do Conselho Nacional de Justiça que mede a responsividade dos Tribunais nos eixos de Governança, Produtividade, Transparência, Dados e Tecnologia.